

DESAFIOS DO PLANEAMENTO DE GESTÃO DE BACIA HIDROGRÁFICA EM PORTUGAL NA PERSPETIVA DAS ÁGUAS COSTEIRAS E DE TRANSIÇÃO

Fernanda Rocha*; Rodrigues R*.; Cunha R.*; Matoso A.*

** Agência Portuguesa do Ambiente I.P.*

Resumo

O verdadeiro desafio do planeamento e gestão de recursos hídricos das bacias hidrográficas, no âmbito da Diretiva Quadro da Água (DQA), reside na tentativa de obtenção de um compromisso entre a proteção ambiental dos meios hídricos e a sustentabilidade das atividades socioeconómicas, com interesses aparentemente antagónicos.

A DQA, ao exigir novas formas de avaliação do estado das águas superficiais comunitárias, baseadas numa abordagem ecossistémica, requer a compreensão das relações entre as características do meio, os ecossistemas e as suas respostas às alterações introduzidas pelas atividades antropogénicas. O estudo destas relações constitui também um desafio para a comunidade científica.

As águas de transição são meios muito heterogéneos e complexos onde todas estas questões assumem uma dificuldade acrescida. Nesta comunicação referem-se alguns das dificuldades e desafios que se colocam para as águas costeiras e de transição.

Palavras chave: águas de transição, coordenação internacional, planeamento e gestão de bacias hidrográficas, pressões e impactos

1. Introdução

A Diretiva Quadro da Água (DQA) estabelece os princípios básicos de uma política sustentável da água na União Europeia, tendo por objectivo conservar e melhorar o ambiente aquático na Comunidade. Providencia o enquadramento necessário para garantir a proteção e a utilização sustentável da água no âmbito da bacia hidrográfica.

Com a DQA surgiu, pela primeira vez no âmbito da Comunidade Europeia, uma diretiva integradora, que tenta promover a conciliação, por vezes difícil, entre a proteção ambiental e a sustentabilidade das atividades socioeconómicas.

Aquando da sua formulação, foi tido em consideração o artigo 174.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, segundo o qual a Comunidade teria em conta, na elaboração da sua política no domínio do ambiente, os dados científicos e técnicos disponíveis, as condições ambientais nas diferentes regiões da Comunidade, o desenvolvimento económico e social da Comunidade no seu todo e o desenvolvimento equilibrado das suas regiões, bem como as vantagens e os encargos.

Esta conciliação entre duas realidades aparentemente antagónicas suscita entendimentos e sentimentos distintos consoante a perspetiva com que se encara esta Diretiva, assumindo posições extremadas em abordagens puramente ambientalistas ou economicistas. O verdadeiro desafio na gestão de recursos hídricos das bacias hidrográficas reside na tentativa de obtenção de um compromisso entre a proteção ambiental dos meios hídricos e a sustentabilidade das atividades socioeconómicas.

A sociedade, tal como a conhecemos, necessita de alterar os seus paradigmas. A água, tradicionalmente encarada como um mero recurso para satisfação das necessidades humanas, passa a assumir identidade própria, para a qual se exige um bom estado, só por si, mesmo que não tenha associado qualquer uso humano. A mudança de paradigma para a sociedade consiste em abraçar a noção de que o “ambiente” é também um recurso.

Constitui um desafio para os responsáveis promover esta mudança de atitude. A nível comunitário, integrar a proteção e a gestão sustentável da água noutras políticas comunitárias, como as políticas energética, de transportes, agrícola, das pescas, regional e turística é fundamental, tendo a DQA constituído a base para o diálogo e para o desenvolvimento de estratégias destinadas a uma maior integração das diferentes políticas. A nível nacional, basear as decisões de gestão dos planos de bacia hidrográfica em compromissos obtidos conjuntamente pela administração (“representante” do ambiente) e pelos setores socioeconómicos, constitui a via mais eficaz para uma eficaz convergência de interesses.

Pela sua abordagem ecossistémica da gestão da água, a DQA veio trazer ainda outros desafios. Ao exigir novas formas de avaliação do estado das águas superficiais comunitárias, baseadas nos elementos biológicos que integram os ecossistemas, requer a compreensão das relações entre as características do meio e os ecossistemas e as suas respostas às alterações introduzidas pelas atividades antropogénicas. O estudo destas relações constitui um desafio para a comunidade científica.

Referem-se nesta comunicação alguns dos desafios que se colocam para as águas costeiras e de transição.

2. Desafios na avaliação do impacto das pressões antropogénicas nas águas de transição

As águas de transição, tal como o seu nome indica, constituem uma categoria de água sem identidade muito própria, constituindo a transição entre os ecossistemas fluviais e os marinhos. São meios muito heterogéneos e complexos, fortemente dominados pelas afluências de toda a bacia drenante de montante, procurando alcançar um equilíbrio entre esta dominância e a intrusão marinha.

A complexidade natural destes sistemas reside não só na diversidade de tipos de leito, que proporcionam diferentes habitats, mas sobretudo numa hidrodinâmica condicionada pelas correntes opostas de montante e de jusante, que determinam o tempo de residência e uma grande variabilidade da salinidade ao longo do sistemas de transição (de oligohalino a euhalino). Esta complexidade natural conjugada com a grande variedade de pressões antropogénicas a que estão sujeitos, quer diretamente sobre o sistema, quer através da qualidade das águas interiores que a eles afluem ou da qualidade do mar de intrusão, tornam as águas de transição na categoria de águas mais complexa de conhecer e de gerir. A Figura 1 ilustra para o caso do Tejo, a título de exemplo, da diversidade de pressões antropogénicas a que os sistemas de transição estão sujeitos.

Por tudo o exposto, a compreensão das relações entre as características do meio, os ecossistemas e as suas respostas às alterações introduzidas pelas atividades antropogénicas, assumem uma dificuldade acrescida, representando um verdadeiro desafio para a comunidade científica, dificultada ainda pela limitação de dados científicos e técnicos disponíveis para estudo.

Figura 1 – Multiplicidade de pressões antropogénicas sobre o estuário do Tejo.



Os sistemas de classificação dos elementos biológicos desenvolvidos pelos Estados-Membros, têm de ser intercalibrados para estabelecimento da referência do “Bom estado ecológico”, entre os Estados que partilham tipologias comuns, através de um exercício comunitário de intercalibração implementado pela Comissão Europeia.

De acordo com o cronograma da DQA o exercício de intercalibração deveria ter estado concluído em 2006, para todas as categorias de água, tarefa que se revelou impossível de alcançar, pelo que a Comissão Europeia decidiu prosseguir para uma 2ª fase, que deveria estar formalmente concluída até final de 2011. Na impossibilidade real de concluir as atividades até essa data, a Comissão prolongou já a conclusão do exercício para 2016, de modo a permitir obter resultados para os casos ainda em estudo, sendo estes sobretudo as águas de transição dos diferentes Grupos de Intercalibração Geográfica.

Atendendo ao carácter inovador das atividades necessárias para conseguir dar cumprimento ao exigido pela DQA para as águas costeiras e de transição relativamente à definição dos sistemas de classificação dos elementos biológicos, o então INAG I.P. implementou o projeto

RECITAL (*Reference Conditions and Intercalibration of Portuguese Coastal Waters*), vigente na 1ª fase do exercício e, posteriormente, o projeto EEMA (Avaliação do Estado Ecológico das Massas de Água Costeiras e de Transição Adjacentes e do Potencial Ecológico das Massas de Água Fortemente Modificadas), que decorreu em simultâneo com a 2ª fase do exercício.

Efetivamente, o estudo da relação entre o nível de intensidade das pressões e seus impactos sobre os elementos biológicos selecionados para classificação do estado ecológico das águas de transição no âmbito da DQA (fitoplâncton, macroalgas e angiospérmicas, macroinvertebrados bentónicos e ictiofauna) tem constituído um desafio para a comunidade científica comunitária que se tem debruçado sobre o assunto ao longo de todo o exercício de intercalibração das águas de transição. A exigência de que a correlação entre os níveis de pressões e impactos sobre os elementos biológicos seja estatisticamente representativa e que cumpra a série de requisitos exigidos pelo Guia de intercalibração 2008-2011 (CIS-WDF Guidance Document nº 14) tem-se revelado um processo tortuoso para esta categoria de águas, pela diversidade de tipos de habitats existentes, pela diversidade de pressões que concorrem para o estado dos ecossistemas, para a necessidade de considerar diversas gamas de salinidade e pela falta de dados científicos e técnicos disponíveis para sustentar todas as decisões científicas.

Os sistemas de classificação propostos pelos Estados-Membros foram dinamicamente sofrendo alterações, de modo a permitirem ajustar e adequar à variabilidade/complexidade referida e às diferentes condições ambientais existentes nas diferentes regiões da Comunidade. A relação entre o estado de um elemento biológico e o nível pressão não é por vezes estabelecida para um tipo concreto de pressão mas para um índice que tenta refletir a conjugação de diversos tipos de pressões coexistentes nos sistemas de transição.

Exemplo simples que demonstra a dificuldade em avaliar o estado das massas de água com base nos elementos biológicos em águas de transição é, por exemplo o caso do fitoplâncton. Os sistemas com reduzido tempo médio de retenção, inferior a 2 dias, não permitem o desenvolvimento de espécies características de estuário (exemplos: Douro, Minho, Mira, Arade, entre outros). O fitoplâncton presente é, na maior parte do tempo, tipicamente característico das águas interiores afluentes ou do meio marinho, consoante os ciclos de maré. Nos períodos de verão o tempo de residência é frequentemente superior a 2 dias, permitindo então o desenvolvimento de espécies estuarinas. Contudo é uma realidade distinta da maioria dos restantes Estados-Membros, o que inviabiliza o obrigatório processo de intercalibração do “bom estado” nos moldes como foi conduzido, que se baseia num período mínimo de seis meses consecutivos para consideração no processo de intercalibração.

Outro caso exemplificativo é o do sistema de transição do Tejo. A elevada turbidez natural deste sistema, devido a um elevado teor em sólidos suspensos naturais, não permite a proliferação de fitoplâncton, não porque o teor em nutrientes não o sustente mas porque a luz é um fator limitante. Esta não é também uma situação frequente nos sistemas comunitários da mesma tipologia (estuário mesotidal homogéneo, com descargas irregulares de rio). À elevada variabilidade e complexidade local temos ainda que adicionar uma variabilidade comunitária que contribui para a dificuldade em estabelecer uma base fidedigna de avaliação e comparação.

A dificuldade em utilizar o elemento fitoplâncton, tal como encarado pela DQA, em vários dos sistemas de transição nacionais não significa que não é relevante o controlo dos nutrientes

no sistema, não só pelo impacto que possa ter em outros elementos biológicos, como pela quantidade de nutrientes que exporta para o mar. A costa portuguesa é sujeita a fenómenos naturais de up-welling, pelo que reduzir a afluência de matéria-prima para ressuspensão é importante para controlo do nível de eutrofização das águas costeiras nacionais.

As alterações morfológicas, como a artificialização das margens, a construção de portos e marinas (ex: Estuário do Lima) ou a construção de barragens (ex: Crestuma no Douro), proporcionando alterações nos regimes diários de caudais que têm impacto nos ecossistemas naturais. A flora das margens altera-se, deixando de ter superfície para se instalar, as áreas de sapais reduzem-se, os locais de desova de algumas espécies de ictiofauna desaparece e todo um ecossistema é alterado. Essas massas de água assumem a designação de fortemente modificadas e é a realidade de muitas das massas de água dos nossos sistemas de transição.

Figura 2 - Estuário do Lima: a) Estaleiro de construção e reparação naval; b) Porto de pesca e c) Marina.

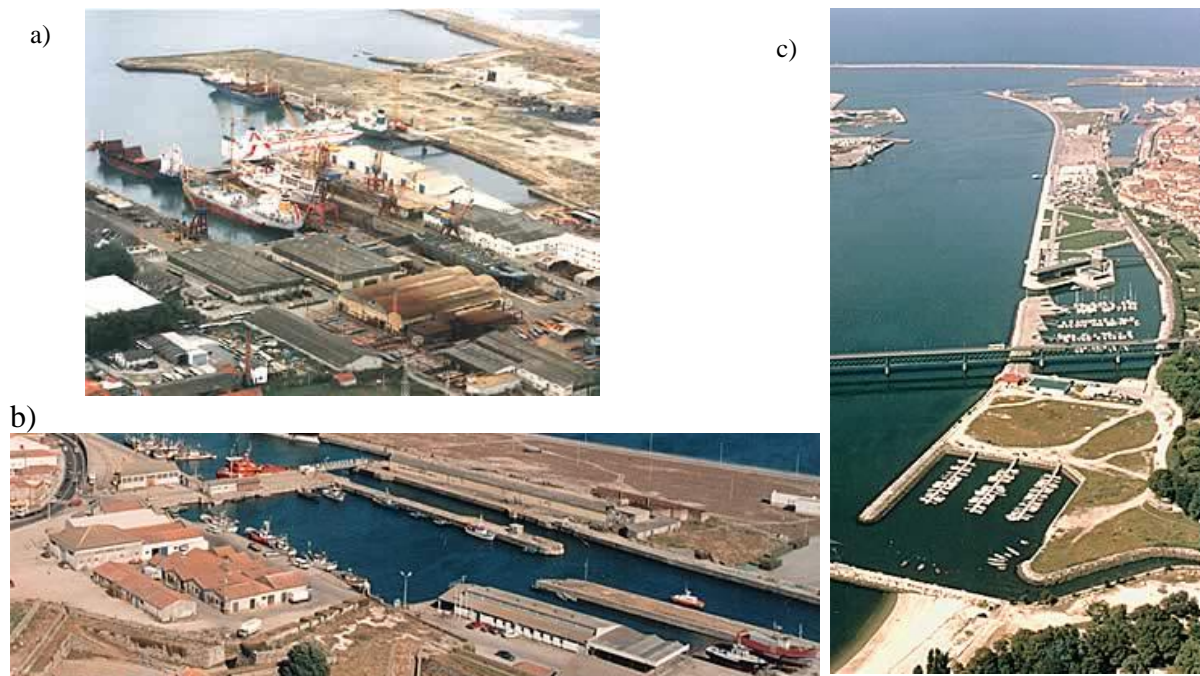


Figura 3 - Artificialização do estuário do Douro.

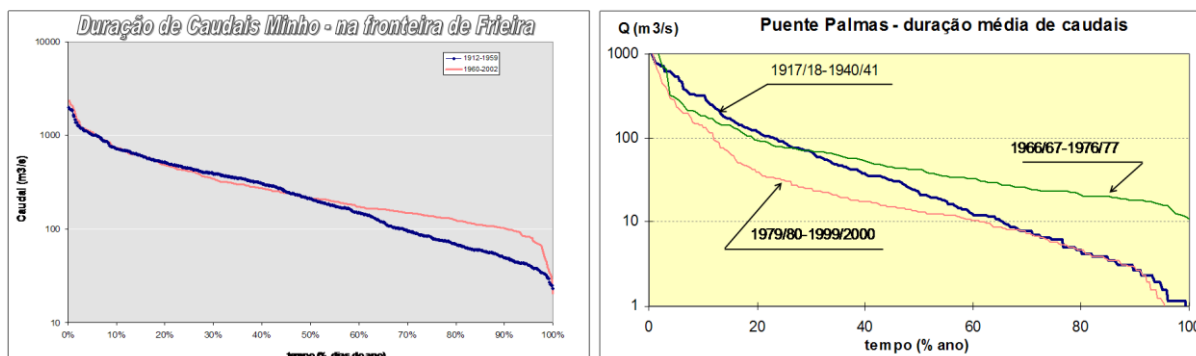


Outro aspecto, muito importante, na determinação das relações entre as características dos ecossistemas e as suas respostas às alterações introduzidas pelas atividades antropogénicas, está associado aos aspectos quantitativos, isto é, à modificação dos regimes fluviais afluentes aos estuários.

Portugal partilha com Espanha cinco bacias hidrográficas (Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana) que sofreram diferentes graus de modificação dos respectivos regimes fluviais. O grau de modificação do regime natural afluente aos estuários está intimamente associado ao nível de regularização efetuado, que no caso de dois modelos distintos, se não de planeamento e gestão dos recursos hídricos, pelo menos de implantação de soluções no terreno, levou a que fosse reduzido o caudal afluente a esses mesmos estuários por alterações maioritariamente no território de montante.

O grau de alteração dos regimes de aflúências aos estuários é superior nas bacias do Sul da península Ibérica (sujeitas a maior torrencialidade dos regimes) e menor nas bacias do Norte. Assim, na bacia do Minho o regime de aflúências aos estuários sofreu apenas pequenas alterações no século XX, enquanto que as aflúências ao estuário do Guadiana apresentam as maiores alterações de todos os rios partilhados devido aos grandes índices de regularização existentes em Espanha, desde 1980), e em Portugal, desde 2002 (Figura 4).

Figura 4 – Alteração do regime de caudais afluentes aos estuários internacionais do Minho e do Guadiana durante o século XX.



A seleção dos elementos que caracterizam o nível de impacto das pressões antropogénicas, no âmbito da DQA, continua a ser um desafio para o qual a comunidade científica desempenha um papel relevante. Avanços científicos que contribuam para aprofundar o conhecimento dessas relações, sempre no espírito da filosofia da DQA, são gratamente reconhecidos pela administração. Métodos alternativos, fora do enquadramento da DQA, se bem que cientificamente interessantes, não contribuem para uma avaliação formal do estado das massas de água.

A complexidade é tal que, no âmbito do Grupo ECOSTAT (Grupo formal da Comissão Europeia para acompanhamento das questões ecológicas das águas comunitárias), se tem levantado a discussão sobre a pertinência de utilizar os elementos biológicos selecionados pela DQA nesta categoria de águas, com o mesmo grau de exigência do requerido para as outras categorias de águas superficiais.

3. Gestão dos sistemas de transição e águas costeiras

A gestão dos sistemas de transição e águas costeiras passa pela compreensão de que é fundamental a proteção do estado das águas nas bacias fluviais afluentes. Isto é particularmente relevante para as pressões poluentes. Apesar da relutância inicial dos responsáveis pelos setores poluidores, este é o tipo de pressão onde se têm observado maiores progressos nos últimos 20 anos relativamente ao nível de emissões poluentes industriais e domésticas. A existência de diretivas comunitárias que exigiam a implementação de determinadas medidas contribuiu para este facto. A poluição difusa, particularmente a agricultura, é a maior responsável pela afluência antropogénica de nutrientes aos meios hídricos. É, ainda atualmente, o tipo de pressão que representa maiores desafios para o controlo da poluição aquática, se bem que muitos esforços foram já envidados até ao presente.

As alterações hidromorfológicas existentes comprometem o bom estado ecológico das águas de transição, mas sustentam um conjunto de atividades socioeconómicas relevantes. São talvez o tipo de pressão que maior discussão suscita pela dicotomia entre o uso e o impacto.

No planeamento de gestão das bacias hidrográficas, é necessário, por um lado, ponderar o desenvolvimento económico e social e o desenvolvimento equilibrado das regiões. Por outro

lado, é efetivamente necessário reconhecer que o “ambiente” é também um recurso e ter em consideração o valor económico dos serviços prestados pelos ecossistemas. Ou seja, é necessário avaliar bem as vantagens e os encargos das opções a adotar.

Estas opções estão a montante da aplicação das medidas de proteção das massas de água e dos critérios de custo-eficácia inerentes. Tão a montante que existem questões que nem se colocam ou discutem. Exemplo concreto é o caso das barragens para captação de água para abastecimento público ou para rega, ou para controlo de cheias. A sua destruição não é sequer ponderada. Alternativamente, reconhece-se a necessidade de assegurar caudais ecológicos que permitam um bom estado/ potencial ecológico, potenciando o valor económico dos serviços prestados pelos ecossistemas de jusante. Mas que quantidade de água é considerada “aceitável” de não reter na albufeira para os fins inicialmente previstos, quando a qualidade de jusante é função dessa quantidade? Ou quanta água se pode permitir captar de uma massa de água se estiver em causa a manutenção do seu bom estado ecológico?

Na atual conjuntura, os aspetos económicos traduzem-se em novas dimensões, mas a reflexão internacional, que tem contribuído para a consideração do valor económico dos serviços prestados pelos ecossistemas, é, no caso dos sistemas de transição, frequentemente relegada para segundo plano face a setores económicos fortes e a formas de estar estabelecidas na sociedade. A existência de portos, marinas, estaleiros, e até as dragagens necessárias para manter canais de navegação, etc., são exemplos concretos de infraestruturas típicas de sistemas de transição, que ao longo da história têm, pela sua importância, contribuído para o enriquecimento das sociedades locais. Portugal, pela sua posição geográfica e climática estratégica tem os seus estuários substancialmente modificados para sustentar um vasto conjunto de atividades.

Não está em causa abdicar do desenvolvimento social e económico nacional, pelo que o desafio passa por analisar, setor a setor, a melhor forma de minimizar os impactos das atividades humanas, viabilizando simultaneamente as atividades socioeconómicas. É inalienável considerar que esta é a forma de gestão sustentada que se procura.

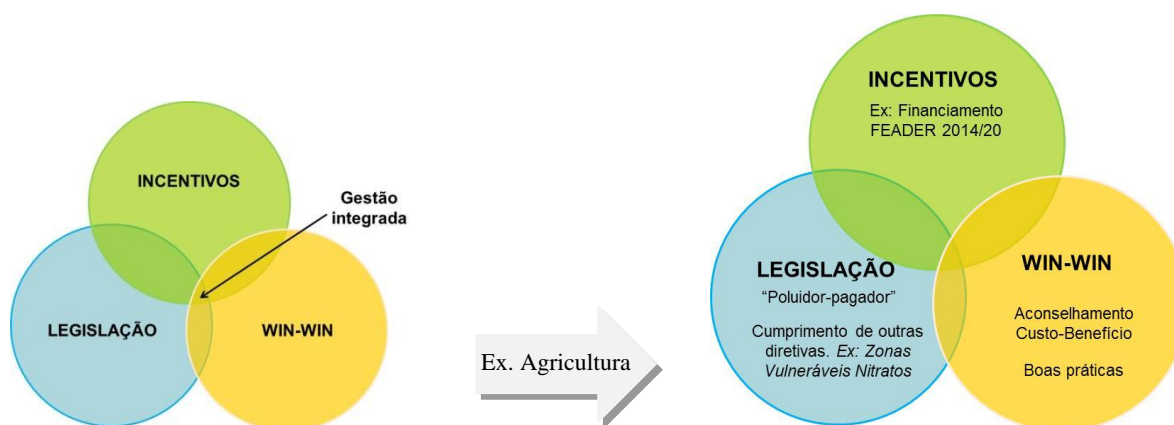
Este compromisso constitui já um enorme desafio pois pressupõe a adoção de algumas medidas ambientais para proteção das massas de água.

No segundo ciclo de planeamento no âmbito da DQA, iniciado recentemente, ir-se-á procurar decidir as medidas ambientais a adotar na 2ª geração de planos conjuntamente com os setores socioeconómicos, de uma forma concertada a nível nacional, embora adequada à realidade regional de cada bacia hidrográfica. A estratégia a adotar terá necessariamente de ter em consideração a atual conjuntura económica nacional e de ser orientada de forma a permitir potenciar a utilização dos fundos comunitários de apoio disponíveis para 2014-2020.

O assumir de responsabilidades nas decisões tomadas terá também de ser repartido entre todos os intervenientes. O envolvimento dos representantes dos setores de todas as atividades económicas utilizadoras de água será fundamental na definição da estratégia nacional a adotar para cada sector na gestão dos recursos hídricos, nomeadamente: i) na definição e priorização de medidas de proteção das massas de água em colaboração com a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P (APA I.P.) e na procura, para todos os sectores, do equilíbrio entre: as medidas impostas pela legislação; as medidas sujeitas a incentivos (financiamento comunitário ou outros tipos de incentivos) e as medidas win-win (medidas onde se ganha com a sua implementação simultaneamente no ambiente e nas entidades setoriais) (Figura 5). E, ainda,

na concepção de incentivos para implementação das medidas; ii) na atribuição de um valor económico aos usos da água; e iii) na resolução de conflitos de usos; etc..

Figura 5 – Equilíbrio entre os diferentes tipos de medidas (obrigatórias, incentivadas e *win-win*).



Esta interação será concretizada através da constituição de Grupo DQA, Grupo intersectorial de planeamento, para definição da estratégia nacional relativa ao programa de medidas, assegurando a sua exequibilidade e adequabilidade à realidade nacional e regional, sendo a coordenação deste grupo assegurada pela APA I.P.

Os sistemas de transição constituem as pressões mais significativas sobre as massas de águas costeiras, pelo que a eficaz gestão das bacias drenantes assegurará, na generalidade o bom estado desta categoria de águas.

A Diretiva Quadro da Água tem por objetivo conservar e melhorar o estado de qualidade das massas de água. Os indicadores ambientais utilizados caracterizam o ambiente aquático e identificam as pressões antropogénicas que comprometem o seu bom estado.

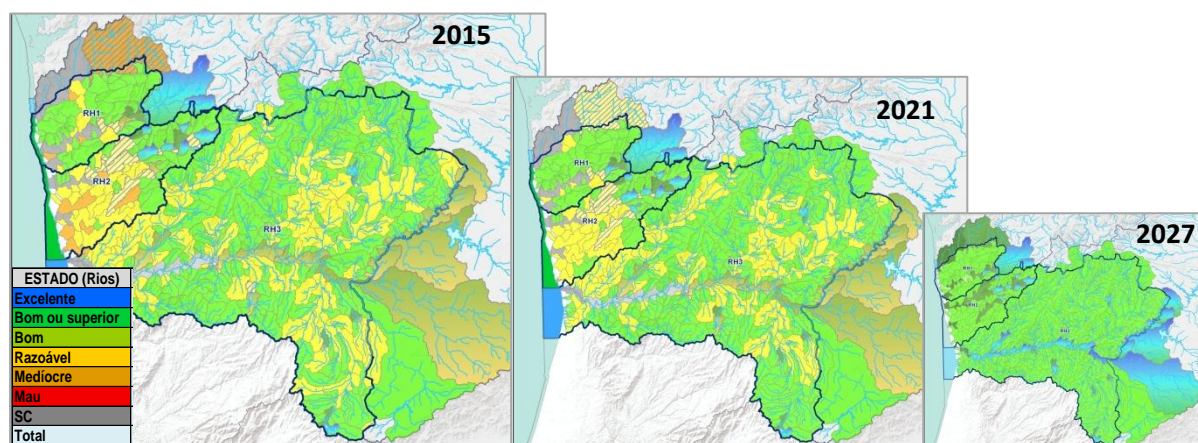
A Diretiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM) visa essencialmente proteger os recursos marinhos, de um ponto de vista economicista, pelos que os seus indicadores se centram na avaliação do estado desses recursos, ou seja dos peixes, uma vez que a pesca é uma atividade económica importante para muitos Estados-Membros. Assegurar a concretização dos objetivos ambientais da DQA contribui naturalmente para proteger os recursos naturais marinhos. Na ótica da gestão dos recursos hídricos, estas diretivas são encaradas essencialmente de uma forma complementar.

4. Coordenação das políticas da água nas bacias hidrográficas partilhadas internacionalmente

Cinco das regiões hidrográficas do continente nacional são compartilhadas com Espanha, pelo que a articulação entre os dois países é também essencial. No âmbito da elaboração do 1º ciclo de gestão de planos de região hidrográfica a articulação entre as Administrações de Região Hidrográfica (ARH) e as Confederações Hidrográficas foi excelente. A coordenação processou-se em diferentes vertentes, desde o acerto da delimitação das massas de água, à identificação das pressões significativas sobre as massas de água fronteiriças e transfronteiriças, à avaliação do estado das massas de água, à definição dos objetivos

ambientais (ex: para as regiões hidrográficas do norte na Figura 6), à definição dos programas de medidas, entre outros aspetos.

Figura 6 – Objetivos ambientais das massas de águas das Regiões Hidrográficas 1 (Minho/ Lima), 2 (Cávado, Ave e Leça) e 3 (Douro) para 2015, 2021 e 2027. (Fonte Machado, 2012).



A articulação e coordenação para as diversas componentes dos planos de região hidrográfica não significaram que existisse sempre acordo bilateral. Exemplo de menor importância é a classificação distinta de algumas massas de água (exemplo do sistema de transição do Guadiana).

Facto mais relevante é o prazo de conclusão dos planos e seu impacto. Portugal, embora tardiamente face ao calendário da DQA, aprovou os seus planos ainda em 2012. Espanha aprovou recentemente, já em meados de 2013, alguns dos seus planos de região hidrográfica (Minho e Silo; Guadiana), encontrando-se o plano do Tejo ainda em processo de conclusão, após consulta pública. Este atraso substancial não permitirá avaliar o impacto intercalar das medidas previstas nos planos. Refira-se contudo que Espanha privilegiou a elaboração do seu plano hidrológico nacional e Portugal ainda não concluiu a atualização do Plano Nacional da Água.

Além das medidas clássicas acordadas de proteção ambiental das massas de água existem ainda alguns problemas remanescentes que será necessário abordar e agilizar conjuntamente no âmbito da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção de Albufeira (CADC) e do 2º ciclo de planos de gestão.

Neste momento, é importante finalizar da negociação do aproveitamento sustentável do troço internacional do estuário do Guadiana (gestão de captações, dragagens, caudais ecológicos, entre outros).

Existem outras questões, essencialmente do ponto de vista processual de licenciamento e fiscalização, que derivam da aplicação da legislação nacional de cada uma das partes, por vezes distinta, aparentemente não relevantes, mas que são geradoras de potenciais conflitos (ex: navegação na albufeira de Alqueva);

A nível central, a articulação com Espanha será efetuada através da CADC e a nível regional através da articulação entre a Agência Portuguesa do Ambiente I.P., nomeadamente através

das Administrações de Região Hidrográfica do Norte, do Tejo e Oeste e do Alentejo, com as Confederações Hidrográficas com jurisdição nas bacias hidrográficas partilhadas.

Os contactos estabelecidos a nível nacional até ao momento têm demonstrado uma intenção clara de articulação e harmonização das questões transfronteiriças, estando previstos grupos de trabalho específicos para o efeito. Apesar de Espanha ter apenas recentemente concluído alguns dos planos e estar ainda a concluir outros, foi expressa a intenção de iniciar desde já o 2º ciclo. Os calendários de ambos os países foram comparados para harmonização.

5. Conclusões

A gestão dos sistemas de transição e águas costeiras passa pela compreensão de que é fundamental a proteção do estado das águas nas bacias fluviais afluentes. Isto é particularmente relevante para as pressões poluentes. As alterações hidromorfológicas existentes comprometem o bom estado ecológico das águas de transição, mas sustentam um conjunto de atividades socioeconómicas relevantes.

O verdadeiro desafio do planeamento e gestão de recursos hídricos das bacias hidrográficas, no âmbito da DQA, reside na tentativa de obtenção de um compromisso entre a proteção ambiental dos meios hídricos e a sustentabilidade das atividades socioeconómicas, com interesses aparentemente antagónicos.

A base de todo o processo de planeamento no âmbito da DQA passa pela compreensão do impacto das atividades humanas nos ecossistemas. As águas de transição são meios muito heterogéneos e complexos onde todas as questões assumem uma dificuldade acrescida.

No segundo ciclo de planeamento no âmbito da DQA, iniciado recentemente, ir-se-á procurar decidir as medidas ambientais a adotar na 2ª geração de planos conjuntamente com os setores socioeconómicos, de uma forma concertada a nível nacional, embora adequada à realidade regional de cada bacia hidrográfica. A estratégia a adotar terá necessariamente de ter em consideração a atual conjuntura económica nacional e de ser orientada de forma a permitir potenciar a utilização dos fundos comunitários de apoio disponíveis para o período de 2014 a 2020.

6. Bibliografia

CIS-WDF (2000/60/EC) (2010) Guidance Document nº 14: “Guidance Document on the intercalibration Process 2008-2011”. European Commission, Technical Report – 2011-045.

Machado P. *et al.* (2013): Planeamento e gestão dos recursos hídricos internacionais na Região Norte. Sessão de reflexão da delegação nacional da CADC sobre planeamento de regiões hidrográficas luso-espanholas. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.

Cabellos, J. A.R. e Matoso A. (2011): “Experiência de coordenação dos planos de gestão de Espanha e Portugal para a região hidrográfica do Guadiana”. 9ª Assembleia Geral da Rede Mediterrânea de Organismos de Bacia – MENBO, Porto, 27-30 Set.